4º SIMULADO FCC

TRF 3ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO

Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial

TRF 3ª Região – Analista Judiciário (Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;

*2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TRF-3-FCC-05-10

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

PORTUGUÊS

Ateísmo militante

— "Frazer é muito mais selvagem que a maioria dos seus selvagens, pois estes selvagens não se encontram tão afastados de qualquer compreensão de questões espirituais quanto um inglês do século XX; suas explicações das observâncias rituais primitivas são muito mais grosseiras que o senso das próprias observâncias."

Assim reagiu Wittgenstein à análise feita pelo antropólogo social James Frazer — um dos luminares da academia inglesa no período entreguerras — dos ritos religiosos praticados por povos animistas pré-modernos. — É impossível para mim ler as palavras do filósofo austríaco e não pensar imediatamente na pregação dos "ateus militantes" — Richard Dawkins à frente — em defesa de uma interpretação estritamente científica do mundo. Ao imaginar que a crença em Deus é algo que possa ser ligado ou desligado da mente como se opera um interruptor elétrico; e ao propor que se deva tratar "a existência de Deus como uma hipótese científica como qualquer outra", os entusiastas do ateísmo militante revelam uma falta de tino e uma inépcia ante as demandas espirituais do ser humano que não fica em nada a dever à fé ingênua da maioria dos crentes e devotos aos quais se opõem.

Crer ou não em Deus não é um simples ato de vontade como abrir ou fechar a janela, endossar ou não uma "opinião", assim como aceitar ou descartar a Sua existência jamais será decidido com base em critérios de validação lógica ou empírica. Imaginar o contrário seria como supor que alguém dilacerado por um amor fracassado pudesse reencontrar a paz mediante uma hipótese explanatória ou um raciocínio lógico. Uma concepção intransigentemente científica da vida é uma das construções mais bizarras de que a mente humana é capaz; ela equivale a uma interpretação da realidade da música limitada à análise minuciosa dos efeitos das ondas sonoras sobre a fiação neural do ouvinte — e nada mais. A música, como a natureza a que pertencemos, sugere o que na música não está. Quem jamais foi tocado pela "febre de Além" nada compreende do delírio de Deus. Religião por religião — a parada não é fácil —, a ciência como religião dos ateus militantes é séria candidata ao título de obtusa-mor das religiões.

Eduardo Gianetti, Trópicos Utópicos.

01. Da análise das ideias mencionadas, o autor conclui que

a) a crença cega na ciência é tão ingênua quanto a fé dos crentes e devotos religiosos.

b) os ingleses possuem melhor compreensão de questões espirituais em comparação aos animistas pré-modernos.

c) o ateísmo é a característica universal dos homens críticos da ciência.

d) a existência de Deus é também uma hipótese científica e deve, portanto, submeter-se a análise lógica.

e) após a devida explicação racional, crer ou não em Deus torna-se um mero ato de vontade.

02. Infere-se do texto que

a) Wittgenstein foi ao encontro das opiniões de Frazer sobre os rituais primitivos dos selvagens animistas.

b) o autor do texto reconhece a existência de Deus, ainda que a ciência o prove inexistente.

c) o fato da inexistência de Deus em nada compromete os efeitos espirituais da convicção ingênua dos fiéis.

d) Richard Dawkings é expoente do grupo de ateus militantes defensores de uma leitura estritamente científica do mundo.

e) a música pode ser plenamente entendida a partir de sua análise puramente técnica, como a análise minuciosa dos efeitos das ondas sonoras sobre a fiação neural do ouvinte.

03. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

a) Assim reagiu Wittgenstein à análise (1º parágrafo) = Portanto respondeu à ponderação

b) não é um simples ato de vontade (3º parágrafo) = não configura mero ato volitivo

c) revelam uma falta de tino (2º parágrafo) = traem sua falta de inteligência

d) entusiastas do ateísmo militante (2º parágrafo) = agnósticos empolgados panfletários

e) limitada à análise minuciosa dos efeitos das ondas sonoras (3º parágrafo) = adstrita à apreciação detalhada da harmonia musical

04. Assinale o segmento que pode ser adequadamente transposto para a voz passiva

a) Crer ou não em Deus não é um simples ato de vontade

b) Uma concepção intransigentemente científica da vida é uma das construções mais bizarras

c) Assim reagiu Wittgenstein à análise

d) os entusiastas do ateísmo militante revelam uma falta de tino

e) ela equivale a uma interpretação da realidade da música

05. Sobre as estruturas do texto, assinale a alternativa correta

a) No segmento "para mim ler as palavras do filósofo austríaco" (2º parágrafo), o pronome "mim" deveria ser substituído por "eu".

b) Em "a existência de Deus como uma hipótese científica como qualquer outra" (2º parágrafo), as duas ocorrências da palavra "como" recebem a mesma classificação.

c) No segmento "Crer ou não em Deus não é um simples ato de vontade" (3º parágrafo), a conjunção "ou" possui valor exclusivo.

d) Na sentença "Quem jamais foi tocado pela 'febre de Além' nada compreende do delírio de Deus" (3º parágrafo), o sujeito é o pronome "quem".

e) Em "uma das construções mais bizarras de que a mente humana é capaz" (3º parágrafo), a preposição "de" antes do pronome relativo é exigência de um termo anterior.

06. Os termos sublinhados possuem a mesma função sintática em

a) Crer ou não em Deus não é um simples ato de vontade como abrir ou fechar a janela, endossar ou não uma "opinião".

b) É impossível para mim ler as palavras do filósofo austríaco e não pensar imediatamente na pregação dos "ateus militantes".

c) suas explicações das observâncias rituais primitivas são muito mais grosseiras que o senso das próprias observâncias.

d) dever à fé ingênua da maioria dos crentes e devotos aos quais se opõem.

e) A música, como a natureza a que pertencemos, sugere o que na música não está.

Será que a era digital faz bem aos nossos neurônios?

Para o professor americano Mark Bauerlein, a resposta é não: se você tiver menos de 30 anos, considere-se membro da geração mais estúpida da história. É desse jeito, sem meias palavras e com altas doses de provocação, que ele descreve os estragos gerados pela era digital, em seu livro The Dumbest Generation ("A Geração Mais Burra", inédito no Brasil). Bauerlein diz que os jovens andam tão distraídos com celulares, MSN e orkut, que deixam de prestar atenção em assuntos importantes, como história e política. Encerrados em seu casulo tecnológico, onde só falam com pessoas da mesma idade, os jovens estão vivendo como Peter Pan – numa eterna adolescência alienada dos conhecimentos mais elementares. Professor de inglês da Universidade Emory, nos EUA, Bauerlein analisa essa transformação citando dados: em 2001, 52% dos teens americanos não sabiam que a União Soviética foi aliada dos EUA na 2ª Guerra Mundial. Ou: os jovens de 15 a 24 anos leem só 8 minutos por dia, mas passam quase 4 horas vendo TV. "Nenhum grupo na história abriu tamanha fissura entre suas condições materiais e suas realizações intelectuais", diz.

Eduardo Szklarz

07. O autor de Dumbest Generation acredita que

a) as pessoas nunca foram tão estúpidas, como consequência da era digital.

b) há significativa discrepância entre o tempo investido em leitura e o gasto com distrações digitais, especialmente entre os jovens de 15 a 24 anos.

c) 52% dos jovens não sabem que a União Soviética foi aliada dos EUA na 2ª Guerra Mundial.

d) as pessoas em geral andam tão distraídas com mídias sociais, que deixam de prestar atenção em assuntos importantes, como história e política.

e) pessoas na faixa etária de 30 anos atualmente compõem a geração mais estúpida da história.

08. Está plenamente adequada a articulação entre os tempos e modos verbais na frase:

a) Se os jovens soubessem o valor da cultura nas aquisições pessoais da vida adulta, não desperdiçarão mais tanto tempo em mídias sociais.

b) Há quem acredite, não obstante haja indícios em sentido contrário, que os jovens leem mais hoje do que jamais o fizeram na história.

c) Apesar de virem de uma geração com acesso jamais visto à informação, a juventude moderna não parecia atenta ao que aprendesse.

d) A discrepância que se observasse nos dados estatísticos não é suficiente para condenar definitivamente a juventude.

e) Os jovens poderiam evoluir em seus parâmetros educacionais, caso venham a dedicar mais tempo a assuntos culturais.

09. A supressão da vírgula altera efetivamente o sentido do segmento:

a) Para o professor americano Mark Bauerlein, a resposta é não

b) sem meias palavras e com altas doses de provocação, que ele descreve os estragos gerados pela era digital

c) Encerrados em seu casulo tecnológico, onde só falam com pessoas da mesma idade

d) os jovens de 15 a 24 anos leem só 8 minutos por dia, mas passam quase 4 horas vendo TV

e) "Nenhum grupo na história abriu tamanha fissura entre suas condições materiais e suas realizações intelectuais", diz.

Colocar as frases completas para subir

10. Os dados referentes a leitura e tecnologia são bastante preocupantes. O autor, que cita dados preocupantes como argumentos, considera que os dados preocupantes provam a degradação educacional de alguns jovens que obedecem à tecnologia cegamente.

Considerando apenas o trecho acima, assinale a opção em que é adequada a substituição dos termos sublinhados.

a) que cita-os – esses dados - obedecem-na

b) que cita-os – esses – a obedecem

c) que os cita – esses dados - obedecem-na

d) que os cita – estes – lhe obedecem.

e) que os cita – estes – obedecem-lhe.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Guilherme precisa subir algumas aulas pendentes no sistema do Estratégia em 4 dias. No primeiro dia, ele subiu 3/8 das aulas pendentes. No segundo dia, ele subiu 1/3 da quantidade que havia subido no primeiro dia. No terceiro e quarto dia, Guilherme termina seu serviço e verifica que no terceiro dia subiu o dobro de aulas que subiu no quarto dia. Dessa forma, a fração de toda a quantidade de aulas que Guilherme subiu no terceiro dia é igual a:

a) 5/16.

b) 1/6.

c) 1/3.

d) 1/4.

e) 2/5.

12. Cinco coordenadores do Estratégia (Ricardo Torques, Paulo Bilynskyj, Décio Terror, Possati e Dudu) estão sentados em uma mesa circular com 8 cadeiras igualmente espaçadas em torno da mesa. Décio Terror está sentado na cadeira em frente à cadeira de Possati e na terceira cadeira à direita de Dudu. Ricardo Torques está sentado a quatro cadeiras de Paulo Bilynskyj. Nessas condições, é correto afirmar que, necessariamente,

a) Dudu está sentado em frente a um assento vazio.

b) Dudu está sentado ao lado de um assento vazio.

c) há dois assentos vazios que estão juntos.

d) Décio Terror está sentado ao lado de um assento vazio à sua direita e de um à sua esquerda.

e) Possati está sentado imediatamente à direita de Ricardo Torques.

13. Em determinada loja, o preço do produto X teve um acréscimo de 5%, e o preço do produto Y teve um desconto de 20%. Após essas alterações, os dois produtos passaram a ter o mesmo preço. Se o preço do produto X, após o acréscimo, passou a ser de R$ 84,00, a diferença entre os preços desses dois produtos, antes dos reajustes, era

a) R$ 21,00.

b) R$ 25,00.

c) R$ 27,00.

d) R$ 30,00.

e) R$ 32,00.

14. Em um grupo de 30 funcionários do TRF-3, sendo 13 analistas e 17 técnicos, deseja-se escolher, aleatoriamente, três funcionários para organizar uma festa de fim de ano, de modo que esse grupo não seja composto somente por analistas e não seja composto apenas por técnicos. O número total de possibilidades para fazer essa escolha é igual a

a) 3 094.

b) 7 050.

c) 10 919.

d) 14 786.

e) 18 564.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

15. A respeito dos direitos das pessoas com deficiência e dos conceitos estabelecidos pela Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa incorreta:

a) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar atendimento psicológico também a seus familiares.

b) Com a edição do EPD a incapacidade absoluta prevista no Código Civil restringe-se aos menores de dezesseis anos de idade, tendo em vista a exclusão das situações de incapacidade decorrente de deficiência.

c) O princípio do desenho universal não é aplicável a serviços, mas apenas a produtos e ambientes.

d) À pessoa com deficiência é garantido atendimento prioritário quando do embarque desembarque de passageiros nos transportes coletivos, na tramitação de ações judiciais e na restituição do imposto de renda, sendo todos estes benefícios extensivos ao seu acompanhante.

e) O trabalhador rural com deficiência tem direito a um ambiente de trabalho acessível, tendo as mesmas garantias que o trabalhador urbano com deficiência.

SUSTENTABILIDADE

16. Para alcançar os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir:

a) entre 46,1% e 58,9% suas emissões projetadas até 2020.

b) entre 56,1% e 68,9% suas emissões projetadas até 2020.

c) entre 26,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2024.

d) entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2022.

e) entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

17. As boas práticas de governança corporativa buscam minimizar os problemas dos conflitos de agência. Assinale abaixo a alternativa que descreve corretamente o conceito destes conflitos:

a) Os problemas de conformidade com os órgãos reguladores.

b) As dificuldades de cumprir corretamente os programas de Compliance.

c) Os conflitos entre os executivos da organização e os membros do controle interno.

d) As divergências de interesses entre os gestores da organização e os seus acionistas.

e) Os conflitos entre os acionistas majoritários e os minoritários.

18. Os programas de Compliance trazem diversos benefícios para as organizações. Assinale abaixo a alternativa que não descreve corretamente um deles:

a) Prevenção de riscos corporativos.

b) Identificação antecipada de problemas.

c) Reconhecimento de ilicitudes em outras organizações.

d) Benefício a reputação da organização.

e) Aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos.

GESTÃO ESTRATÉGICA

19. Temos três correntes na Gestão por Competências. A americana diz que competência se faz presente quando juntamos os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de maneira a alcançar os resultados desejados para a empresa ou instituição. Já a francesa diz que não podíamos limitar a noção de competências às qualificações dos indivíduos. O conceito de competência está associado à ideia de valor e entrega a determinado contexto de forma independente do cargo. A última corrente busca aproveitar as outras duas e se chama:

a) corrente integradora.

b) corrente somadora.

c) corrente aditiva.

d) corrente completa.

e) corrente contemporânea.

20. Assinale a alternativa que descreve qual das perspectivas do Balanced Scorecard identifica as medidas que a empresa deve tomar para se capacitar para os desafios futuros.

a) clientes.

b) financeira.

c) aprendizado e crescimento.

d) processos internos.

e) contábil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Um veículo conduzido por motorista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região causou acidente em veículo de um particular que estava estacionado em local permitido. Os donos do carro particular alegaram que sofreram danos materiais em virtude do acidente, atribuindo a responsabilidade ao agente público, que estaria em alta velocidade. Em relação à ação de responsabilidade civil pelos danos supostamente sofridos,

a) para ficar demonstrada a responsabilidade objetiva estatal, cabe aos particulares demonstrar o nexo de causalidade entre a conduta dolosa ou culposa do motorista, além dos danos sofridos no veículo;

b) a ação por danos causados pelo agente público deverá ser ajuizada contra a União, sendo parte ilegítima o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

c) a Administração pode comprovar a culpa dos particulares, apesar de que mesmo a culpa exclusiva destes não é suficiente para isentar a responsabilidade estatal;

d) a ação judicial para reparação dos danos sofridos somente poderá ser ajuizada pelos particulares após a apuração administrativa da falta, necessária a comprovação da ocorrência do acidente e da participação do servidor envolvido;

e) a ação judicial para reparação dos danos sofridos é imprescritível, podendo ser intentada de acordo com a conveniência e oportunidade do particular lesado.

22. No que diz respeito à improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta:

a) as ações de reparação em face do agente causador do dano, decorrentes de atos de improbidade administrativa, mediante de conduta dolosa, são imprescritíveis.

b) o foro especial por prerrogativa de função em relação às infrações penais comuns é extensível às ações de improbidade administrativa.

c) os atos de improbidade administrativa dependem, em todos os casos, da comprovação da conduta dolosa ou culposa do agente, além da demonstração da ocorrência do efetivo prejuízo ao erário.

d) as medidas cautelares, como o sequestro ou a indisponibilidade dos bens do acusado, podem ser deferidas administrativamente, após pedido do Ministério Público, garantidos o contraditório e ampla defesa prévios.

e) dentre as sanções previstas na Lei de Improbidade, são comuns a todos os tipos o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

23. A União realizou procedimento licitatório para aquisição de materiais necessários à continuidade de seus serviços, e declarou a empresa XYZ como vencedora do certame. Contudo, justificadamente, a Administração optou por revogar o procedimento, por critérios de conveniência e oportunidade. Em relação à essa situação hipotética, é correto afirmar que

a) o vencedor do procedimento tem direito subjetivo à adjudicação do objeto, bem como à assinatura do contrato, podendo, em regra, ser indenizado pelo descumprimento do resultado do certame.

b) a revogação do certame somente poderia ter ocorrido até a fase de habilitação dos licitantes, razão pela qual a Administração agiu de forma ilegal no procedimento.

c) a revogação pode ocorrer a qualquer tempo, independentemente de justificativa e fundamentação, já que se enquadra em decisão discricionária da Administração, por critérios de conveniência e oportunidade, subentendidos nesses casos.

d) por configurar direito subjetivo do licitante vencedor, a administração não poderia revogar e nem anular o procedimento, devendo indenizar o licitante pelos prejuízos sofridos.

e) a revogação do certame pode ocorrer a qualquer momento, desde que antes da assinatura do contrato, por motivos devidamente justificados, não havendo direito subjetivo à adjudicação.

24. A convalidação representa a possibilidade de corrigir ou regularizar um ato administrativo viciado, com efeitos retroativos. Sobre esse assunto, assinale a opção correta:

a) mesmo no caso de defeitos insanáveis, pode ocorrer a convalidação, desde que respeitados direitos adquiridos e os efeitos do ato em relação a terceiros de boa-fé.

b) havendo a possibilidade de se convalidar o ato, o administrador fica obrigado a fazê-lo, configurando, sempre, decisão vinculada da Administração.

c) para que seja possível a convalidação do ato, devem estar presentes algumas condições, entre elas, a existência de um defeito sanável e a ausência de prejuízo a terceiros e ao interesse público;

d) os vícios de competência quanto à pessoa e a matéria podem ser convalidados, desde que não se trate de competência exclusiva.

e) por não precisarem de forma essencial para serem praticados, os atos administrativos com vício nesse elemento sempre podem ser convalidados.

25. A respeito dos atributos do poder de polícia, considere:

I. O poder de polícia se caracteriza por ser um poder sempre vinculado, inexistindo margem de liberdade na atuação estatal quanto à valoração da oportunidade e conveniência de sua prática.

II. A autoexecutoriedade está presente em todos os atos de polícia, tendo em vista a necessidade precípua da utilização da força na prática desses atos.

III. Pela coercibilidade, as medidas adotadas pela administração podem ser impostas coativamente aos administrados, inclusive através do uso da força.

Está correto o que se afirma APENAS nos itens:

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. No que diz respeito às disposições constitucionais e jurisprudenciais sobre a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, é correto afirmar que:

a) Tais direitos não são protegidos pelo manto das cláusulas pétreas da Constituição Federal.

b) Embora as pessoas jurídicas sejam detentoras do direito à honra e à imagem, não poderão sofrer dano moral.

c) É inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas.

d) É admitido que, em ação de investigação de paternidade, o suposto pai seja coagido à realização de exame de DNA.

e) As autoridades fiscais não podem requisitar às instituições financeiras informações protegidas por sigilo bancário, ainda que tais informações sejam indispensáveis para fundamentar procedimento fiscal em curso.

27. No que concerne ao controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa que se encontra em consonância com o que estabelece a Constituição Federal e com o entendimento jurisprudencial sobre o tema:

a) A cláusula de reserva de plenário aplica-se sempre que a inconstitucionalidade de determinado ato normativo é arguida em sede de controle difuso, em processos em trâmite no tribunal competente.

b) A cláusula de reserva de plenário não precisa ser observada quando um Tribunal declara que uma lei não foi recepcionada pela atual Constituição Federal.

c) A cláusula de reserva de plenário aplica-se às Turmas Recursais dos Juizados Especiais.

d) Como regra geral, no controle difuso-incidental, os efeitos da decisão que declara a inconstitucionalidade de determinada lei são inter partes e ex nunc.

e) No âmbito do controle difuso-incidental, o STF somente poderá avaliar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

28. Considere:

(I) Defensor Público-Geral da União.

(II) Advogado-Geral da União.

(III) Procurador-Geral da República.

(IV) Confederação sindical de âmbito estadual.

(V) Mesa do Congresso Nacional.

São legitimados para propor a revisão, edição ou cancelamento de súmula vinculante:

a) II e IV.

b) I e III.

c) I, III e V.

d) III e V.

e) I, III, IV e V.

29. Assinale a alternativa correta, de acordo com o que estabelece a Constituição Federal em relação ao Processo Legislativo:

a) Em respeito ao princípio da Separação dos Poderes, são vedadas emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

b) O Presidente da República não tem iniciativa privativa de projeto de lei que versa sobre matéria tributária dos Territórios.

c) No âmbito federal, os projetos de lei de iniciativa popular devem, necessariamente, ser apresentados à Câmara dos Deputados.

d) Para que um projeto de lei federal seja efetivamente aprovado ou rejeitado, deverá ser apreciado por ambas as Casas Legislativas.

e) Diferentemente do que ocorre para as leis e medidas provisórias, o princípio da irrepetibilidade aplica-se de forma absoluta para as emendas constitucionais.

30. Assinale a alternativa que contém a afirmação correta sobre os Ministros de Estado, de acordo com o que determina a Constituição Federal:

a) O cargo de Ministro de Estado é de provimento em comissão.

b) Todos os ministros de Estado devem ser, obrigatoriamente, brasileiros natos ou naturalizados.

c) Os Ministros de Estado, ao cometerem crime de responsabilidade, serão julgados pelo Senado Federal.

d) Os Ministros de Estado poderão prover e extinguir cargos públicos, na forma da lei, caso tal competência lhes tenha sido delegada pelo Presidente da República.

e) Os Ministros de Estado, ao cometerem crimes comuns ou de responsabilidade conexos com o Presidente da República, serão julgados pelo Senado Federal.

DIREITO CIVIL

31. Não podem ser objeto de hipoteca:

a) aeronaves.

b) navios.

c) locomotivas de estradas de ferro.

d) potencial hidráulico.

e) recursos minerais, independentemente do solo onde se acham.

32. O mandatário tem poderes, independentemente de autorização especial, para:

a) alienar.
b) administrar.
c) transigir.
d) hipotecar.
e) agir, exorbitando a administração ordinária.

33. Péricles quebra o vidro do carro de André, estacionado em via pública, para salvar o cachorro que este havia deixado trancado. O animal estava evidentemente em risco de vida, já que, naquele dia o recorde de temperatura havia sido quebrado e mal era possível se aproximar do veículo. Ocorre, porém, que o automóvel não era de André, mas de Júlio, que o emprestada ao irmão, que estava com o carro na oficina. Nesse caso, Júlio pode exigir:

a) eventualmente, a cobertura securitária, se tiver, mas não cobrar indenização nem de André, nem de Péricles.

b) indenização de André, a quem emprestara o veículo, mas não de Péricles, que salvou a vida do animal.

c) indenização de Péricles, causador do dano ao veículo, mas não de André, por ter a ele emprestado graciosamente o veículo.

d) indenização tanto de Péricles, quanto de André, já que concorreram para o dano, aquele por ter cometido ilícito, este por não ter cuidado da coisa como se sua fosse.

e) reparação dos danos do Estado, dado que o veículo se encontrava sob responsabilidade do Estado.

34. A respeito da dissolução das associações, assinale a alternativa correta:

a) Pode o remanescente ser direcionado a entidade de fins econômicos, se assim estiver previsto no estatuto.

B) Podem ser deduzidas as quotas ou frações ideais do patrimônio da associação titularizadas pelos associados.

c) Na omissão do estatuto, podem os associados deliberar, por ¾ dos membros, que o remanescente seja destinado a instituição federal, de fins semelhantes.

d) Não havendo associação que se conforme às exigências legais, o remanescente do patrimônio se devolverá a uma fundação.

e) O remanescente patrimonial da associação não pode ser devolvido à Fazenda da União.

35. A recarga de uma caneta Montblanc, de propriedade do professor Carlos, herdada de seu avô, pertencente a uma edição única e limitada lançada em 1985, é classificada como bem:

a) infungível, inconsumível, singular e principal.

b) infungível, consumível, singular e acessório.

c) fungível, inconsumível, coletivo e acessório.

d) fungível, consumível, coletivo e principal.

e) infungível, inconsumível, singular e acessório.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36. Assinale a alternativa correta quanto à competência interna.

a) A competência será determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta ou relativa.

b) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, o que não comporta exceções.

c) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.

d) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, ainda que um deles já tenha sido sentenciado.

e) Apenas a incompetência absoluta pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.

37. À luz da Lei nº 10.259/01, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal, assinale a opção incorreta.

a) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

b) Os Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal possuem competência apenas cível, não podendo conhecer de demandas criminais, que deverão ser processadas na Vara Federal Comum.

c) Diferente do que ocorre no procedimento comum do CPC, nos processos regidos pela Lei nº 10.259/01, não há contagem de prazo em dobro para a prática de atos processuais por parte das pessoas jurídicas de direito público.

d) Embora o procedimento processual previsto na Lei nº 10.259/01 seja célere e simples, é possível a realização de exame técnico pericial nos Juizados Especiais Federais.

e) Nas causas relativas aos Juizados Especiais Federais, não haverá reexame necessário.

38. Quanto o cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa, considere as seguintes afirmações:

I- No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á independente de requerimento do exequente.

II- Não havendo o pagamento voluntário, nos casos de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o débito será acrescido de multa de dez por cento e honorários de advogado a ser fixado pelo juiz no percentual de dez a vinte por cento.

III- O requerimento de cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa deve ser instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.

Estão corretas as afirmações apenas:

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) II e III.

d) I e III.

e) I, II, e III.

39. Em uma demanda na qual Rosenval Jr. pleiteia indenização por danos materiais e morais contra Paulo Sousa, ao ser intimado da audiência de conciliação, Rosenval Jr. Informa ao seu procurador, que se recusa comparecer à audiência. Argumenta que não fará acordo em hipótese alguma com a parte ré. Assinale a alternativa que indica a orientação jurídica correta considerando a disciplina do CPC a respeito da matéria.

a) Rosenval Jr. é obrigado a comparecer à audiência independentemente da manifestação quanto à pretensão conciliatória por parte de Paulo Sousa.

b) O não comparecimento de Rosenval Jr. imporá extinção do processo sem resolução do mérito por falta de interesse.

c) O não comparecimento à audiência implica condenação por ato atentatório da dignidade da justiça, cuja sanção será a aplicação de multa de até 2% calculado sobre a vantagem econômica pretendida ou sobre o valor da causa.

d) Trata-se de faculdade das partes comparecem, uma vez que o objetivo é compor amigavelmente o litígio.

e) Rosenval Jr. será obrigado a comparecer em audiência, pois quem detém a prerrogativa de requerer a audiência de conciliação e de mediação é a parte autora.

40. Em demanda deduzida por servidor público contra a Fazenda Pública, foi concedida liminarmente, sem a oitiva da parte ré, tutela de evidência em favor da parte autora, que demonstrou o pedido com a juntada de documentos comprobatório de suas alegações e com fundamento jurídico do pedido em tese firmada em julgamento de recurso repetitivo. Em tal hipótese:

a) a decisão é irrecorrível de imediato.

b) veda-se decisão liminar que, em sede de tutela provisória, é cabível apenas em tutelas de urgência (cautelares e antecipadas).

c) para concessão liminar da tutela, no caso em tela, faz-se necessário demonstrar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

d) da decisão cabe agravo de instrumento no prazo de 15 dias.

e) da decisão cabe pedido de reconsideração com a juntada de contraprovas no prazo de 10 dias.

DIREITO PENAL

41. Analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente terá aplicação retroativa, ainda que já tenha havido o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

II – A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime continuado ou permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência.

Está correto APENAS o que se afirma em:

a) I

b) I e II

c) I e III

d) II e III

e) I, II e III

42. José, querendo matar Maria, desfere uma facada no abdome da vítima. A facada, todavia, não acerta em cheio e José se prepara para continuar a execução do delito quando, após apelo da vítima, acaba abandonando a execução, embora pudesse continuar. Maria sofre apenas lesões corporais leves.

Neste caso:

a) Houve tentativa e José deverá responder por homicídio tentado

b) Houve arrependimento eficaz e José deverá responder por homicídio tentado

c) Houve arrependimento eficaz e José deverá responder por lesão corporal

d) Houve desistência voluntária e José deverá responder por lesão corporal

e) Houve desistência voluntária e José deverá responder por homicídio tentado

43. José, querendo matar Maria, fica à espreita, aguardando que esta saia de sua casa para ir ao trabalho. Em dado momento, uma mulher parecida com Maria sai da casa e José, acreditando ser Maria, dispara com sua pistola contra a vítima, que cai no chão, vindo a óbito. José se dirige até o cadáver para se certificar de que a vítima, de fato, morreu. Todavia, ao se aproximar, percebe que atingiu Paula, irmã gêmea de Maria.

Neste caso, é correto afirmar que houve:

a) Erro de tipo essencial, devendo José responder pelo crime como se tivesse atingido a vítima visada.

b) Erro de tipo essencial, devendo ser consideradas as condições da vítima atingida.

c) Erro na execução, devendo José responder pelo crime como se tivesse atingido a vítima visada.

d) Erro sobre a pessoa, devendo José responder pelo crime como se tivesse atingido a vítima visada.

e) Erro sobre a pessoa, devendo ser consideradas as condições da vítima atingida.

44. No dia 10.06.2017, José, valendo-se de uma arma de fogo, subtraiu para si o celular de Maria, quando esta caminhava tranquilamente pela rua, por volta das 23h. Logo após a subtração, José foi perseguido pela polícia, tendo sido preso em flagrante 03 horas depois do crime, de posse do celular da vítima, que foi recuperado e devolvido à Maria.

Neste caso, é correto afirmar que José praticou:

a) roubo simples tentado

b) roubo simples consumado

c) roubo consumado, majorado pelo emprego de arma de fogo, devendo ser a pena aumentada de um terço à metade.

d) roubo tentado, majorado pelo emprego de arma de fogo, devendo ser a pena aumentada de um terço à metade.

e) roubo consumado, majorado pelo emprego de arma de fogo, devendo ser a pena aumentada em dois terços.

45. José é réu em determinado processo criminal que apura a prática do crime de roubo contra uma agência da Caixa Econômica Federal. Maria, uma das testemunhas, com o intuito de favorecer José, presta afirmação falsa em Juízo. Apesar da mentira, o Juízo não dá crédito às afirmações de Maria e acaba por condenar José à pena de 04 anos de reclusão e 10 dias-multa. O Juízo determina, ainda, a remessa de cópias ao MPF, para apuração da responsabilidade criminal de Maria.

Neste caso, é correto afirmar que:

a) Maria praticou o crime de falso testemunho tentado, sem majorante.

b) Maria praticou o crime de falso testemunho consumado, sem majorante.

c) Maria praticou o crime de falso testemunho tentado, devendo a pena ser aumentada de um sexto a um terço.

d) Maria praticou o crime de falso testemunho consumado, devendo a pena ser aumentada de um sexto a um terço.

e) Maria praticou o crime de falso testemunho consumado, e a sua punibilidade ficará extinta caso ela se retrate até o trânsito em julgado da sentença no processo instaurado contra ela.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

46. Analise as assertivas a seguir:

I – Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação o inquérito não poderá ser iniciado sem a representação;

II - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, independentemente de liberação pelos peritos criminais;

III – Em regra, o inquérito deverá se encerrar em 10 dias, contados da prisão, caso esteja preso o indiciado.

IV – O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não obsta a retomada futura das investigações, caso haja notícia de prova nova.

Está correto APENAS o que se afirma em:

a) I, II e III

b) II, III e IV

c) I e III

d) I, II e IV

e) I, III e IV

47. Nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que haverá continência quando:

a) duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

b) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.

c) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras.

d) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido umas praticadas para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.

e) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

48. José e Pedro foram presos em flagrante pela prática do crime de roubo simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa), tendo havido a concessão de liberdade provisória a ambos quando da audiência de custódia. Encerrado o prazo legal, o Ministério Público pugna ao Juízo pela devolução dos autos do IP à autoridade policial, para novas diligências. O Juízo, defere a dilação de prazo e, de ofício, decreta a prisão preventiva de José. Após encerradas as investigações, o Ministério Público oferece denúncia em desfavor de José e Pedro, novamente silenciando no que tange à prisão cautelar. O Juízo, porém, recebe a denúncia e decreta, de ofício, a prisão preventiva de Pedro.

Neste caso, é correto afirmar que:

a) a prisão de José é legal, mas a de Pedro é ilegal

b) a prisão de ambos é legal

c) a prisão de ambos é ilegal, pois o Juiz não pode decretar a prisão preventiva de ofício

d) a prisão de ambos é ilegal, pois não cabe prisão preventiva em relação ao crime de roubo

e) a prisão de José é ilegal, mas a de Pedro é legal

49. José foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de moeda falsa privilegiada (pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa). O Juízo do competente Juizado Especial Criminal rejeitou a denúncia, ao argumento de não haver justa causa para o exercício da ação penal. Caso o MP pretenda recorrer, deverá interpor:

a) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias

b) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

c) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias.

d) apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias.

e) apelação, no prazo de 10 dias, com a apresentação concomitante das razões recursais.

50. Em determinado processo criminal que tramita perante o Juizado Especial Criminal, o Oficial de Justiça certifica que o réu se encontra em local incerto e não sabido. Diante deste cenário, o Juiz deverá determinar:

a) seja realizada a citação do réu por edital

b) seja realizada a citação do réu por hora certa

c) a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional

d) a remessa dos autos ao Juízo comum, onde será adotado o rito sumaríssimo

e) a remessa dos autos ao Juízo comum, onde será adotado o rito sumário

DIREITO TRIBUTÁRIO

51. De acordo com o princípio da legalidade tributária previsto no art. 150, I, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa a seguir que apresenta um tributo não passível de instituição por Medida Provisória.

a) Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

b) Imposto de renda (IR).

c) Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

d) Imposto sobre grandes fortunas (IGF).

e) Contribuição de melhoria.

52. Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, e considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue a afirmativa correta:

a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

b) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

c) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

d) De acordo com o STF, a imunidade tributária relativa aos livros, jornais e periódicos não se estende aos livros digitais (e-books).

e) A imunidade representa a retirada da capacidade tributária ativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não havendo que se falar em delimitação negativa da competência tributária.

53. O Código Tributário Nacional (CTN), em cumprimento ao disposto no art. 146, III, da CF/88, exerce a função de norma geral em matéria de legislação tributária. Nesse sentido, tomando como base as definições do CTN, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) A decisão de um órgão coletivo de jurisdição administrativa, a que a lei atribuiu eficácia normativa, entra em vigor a partir da data de sua publicação.

( ) Determinado convênio celebrado entre dois Municípios, tratando sobre as relações jurídicas relativas aos tributos de sua competência, entra em vigor na data neles prevista.

( ) Dada a rígida repartição de competência tributária, não se admite que a legislação tributária de determinado Estado ou Município vigore fora dos seus respectivos territórios.

a) V, F, V

b) F, F, F

c) V, F, F

d) F, V, F

e) V, V, V

54. A empresa Alfa adquiriu, em 30/06/2017, o estabelecimento comercial de alimentos de Beta e continuou a exploração da respectiva atividade sob outra razão social. Beta, por seu turno, interrompeu suas atividades temporariamente, retomando-as em 17/09/2017, em outro ramo de comércio.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

a) Alfa responde integralmente, na condição de responsável, pelas obrigações tributárias surgida até a data de aquisição do estabelecimento comercial de Beta.

b) Beta responde subsidiariamente pelas obrigações tributárias surgida até a data de alienação do estabelecimento comercial.

c) Beta não responde pelas obrigações tributárias surgida até a data de alienação do estabelecimento comercial.

d) Alfa responde subsidiariamente com Beta, pelas obrigações tributárias surgida a partir da data de aquisição do estabelecimento comercial.

e) Alfa responde subsidiariamente com Beta, pelas obrigações tributárias surgida até a data de aquisição do estabelecimento comercial.

55. No que diz respeito ao tratamento dado pelo Código Tributário Nacional ao lançamento, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

( ) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

( ) O fato de o sujeito passivo estar obrigado a apresentar declaração determina a modalidade de lançamento do respectivo tributo.

( ) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

a) F, F, F

b) V, V, F

c) V, V, V

d) F, F, V

e) V, F, V

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

56. João é segurado contribuinte individual de baixa renda e, após vertidas 20 contribuições, deixou de recolher sua contribuição previdenciária por 5 anos. Passado esse período, João retomou as contribuições, pagando mais 12 meses no plano simplificado de 11% sobre o salário mínimo, quando foi recluso provisoriamente em regime fechado.

a) Dado que a reclusão de João se deu em caráter provisório, seus dependentes não farão jus a auxílio-reclusão. O benefício somente poderá ser requerido após a condenação em segunda instância.

b) Os dependentes de João não farão jus ao auxílio-reclusão, uma vez que a carência exigida não foi cumprida.

c) O exercício de atividade remunerada realizado por João durante cumprimento de pena em regime fechado, não acarreta a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão para seus dependentes.

d) Ainda que o regime prisional fosse o semiaberto, os dependentes de João preencheriam os requisitos exigidos para a concessão de auxílio-reclusão.

e) Caso João possua um filho de 5 anos e o responsável legal por este filho requeira o auxílio-reclusão 100 dias após a prisão, o benefício será devido a contar da data da entrada do requerimento.

57. A respeito da origem e evolução da Seguridade Social no Brasil, assinale a afirmativa correta:

a) A Constituição Federal de 1967 foi a primeira a prever o sistema de Seguridade Social como o conhecemos hoje.

b) O Montepio Geral dos Servidores do Estado, conhecido como Mongeral, é uma das formas mais antigas em que se manifestou a Assistência Social no Brasil.

c) Antes da publicação da Lei Eloy Chaves já havia diplomas normativos concedendo aposentadorias para determinadas categorias profissionais, como é o caso da Constituição de 1981, que previa aposentadoria para funcionários públicos em caso de invalidez.

d) Com a reforma previdenciária que foi realizada em 1998, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Emenda Constitucional 20, surgiu a obrigação de idade mínima para aposentadorias concedidas tanto no âmbito do RGPS quanto do RPPS.

e) O sistema previdenciário brasileiro se baseia no conceito bismarckiano, também conhecido como de capitalização.

58. Não descaracteriza a condição de segurado especial:

a) A outorga da três quartos da propriedade rural que possui área total de 1 módulo fiscal, continuando outorgante e outorgado a exercer suas atividades em regime de economia familiar.

b) O recebimento de benefício previdenciário de pensão por morte de valor igual a dois salários mínimos.

c) A utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento e de industrialização com linha de produção avançada.

d) O exercício de mandato de vereador do município em que desenvolve a atividade rural, desde que as atividades rurais do grupo familiar sejam mantidas.

e) O exercício de mandato de dirigente de cooperativa rural constituída, majoritariamente, por segurados especiais.

59. Dentre as descrições a seguir, assinale àquela que corresponde ao princípio da seletividade e distributividade.

a) Tal princípio prevê que para que haja ampliação do rol de cobertura dos benefícios da seguridade social, é necessário que se crie primeiro a fonte de custeio total.

b) Tal princípio disciplina que seguridade social deverá ter cobertura ampla, abrangendo todos os riscos sociais e todas as pessoas devem ser cobertas pelo sistema, inclusive os estrangeiros de passagem pelo território nacional.

c) Dada a limitação de recursos dos cofres públicos, tal princípio é direcionado ao legislador, a fim de que ele selecione as contingências que devem ser priorizadas pelo sistema da seguridade social, e selecione aqueles que serão abrangidos pelos benefícios e serviços.

d) Tendo como objetivo o equilíbrio financeiro do sistema, tal princípio prevê que as fontes de custeio da seguridade social devem ser variadas.

e) Buscando a justiça social, por meio do princípio da isonomia, tal princípio prevê que a participação no custeio da seguridade social se dará conforme a capacidade econômica do contribuinte.

60. Sobre os períodos de carência, considere:

I. Apenas a pensão por morte e o auxílio-acidente são devidos sem observância de quaisquer períodos de carência.

II. O período de carência do auxílio-doença será de 10 contribuições mensais, ressalvados os casos em que não haverá qualquer carência a ser cumprida, nos termos da lei 8.213/91.

III. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes de todos os segurados do RGPS, desde que cumprida a carência de 24 contribuições mensais e tratar-se de regime prisional fechado.

IV. A aposentadoria especial tem prazo de carência de 280 contribuições mensais.

Está correto o que consta APENAS em

a) II e IV.

b) III.

c) I e II.

d) II e III.

e) Todas estão incorretas.

QUESTÃO DISCURSIVA

QUESTÃO I

Um órgão público contratou, mediante prévio procedimento licitatório, obras de reforma e ampliação do edifício sede, no qual se encontra instalado, e a construção de um edifício anexo para alocação de atividades de suporte de informática. No curso do contrato, em face de constrições orçamentárias e da necessidade de corte de despesas, viu-se obrigado a reduzir as obras inicialmente contratadas, suprimindo parte do objeto do contrato, correspondente à construção do edifício anexo. Considerando o que dispõe a Lei 8.666/93, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

a) Existe algum limite em que a contratada estaria obrigada a aceitar a supressão quantitativa do objeto? A prerrogativa de alteração unilateral pela Administração Pública é condicionada à comprovação de circunstâncias supervenientes?

b) A contratada faz jus a alguma espécie de ressarcimento por custos incorridos e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em face da supressão quantitativa de seu valor?

c) Na hipótese de a redução não ser economicamente viável para a contratada, a mesma poderá rescindir o contrato ou recusar-se a cumprir o objeto remanescente, eximindo-se da aplicação de sanções?

QUESTÃO II

Indiciado pela prática de crime de estelionato no comércio, Carlos está prestes a ser denunciado por Bento, promotor de justiça da cidade. Antônio, compadre de Bento e vizinho de Carlos, sabendo da situação, solicitou ao indiciado a quantia de R$ 1.000,00 a pretexto de usar sua influência com o promotor para tentar impedi-lo de oferecer a denúncia, insinuando, inclusive, que parte desse valor seria dado ao promotor, como forma de "facilitar o procedimento".

Na semana seguinte, Carlos, com a expectativa de não ser acusado, pagou o valor solicitado por Antônio; entretanto, foi regularmente denunciado por Bento. Antônio sequer havia mencionado o caso ao compadre.

Com base nas informações da situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

a) Tipicidade das condutas de Antônio, de Carlos e de Bento;

b) Bem(ns) jurídico(s) afetado(s) pelo(s) eventual(is) crime(s) praticado(s);

c) Momento da consumação e do exaurimento de eventual(is) crime(s) praticado(s);

d) Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca da aplicação do princípio da insignificância em crime(s) da mesma natureza do(s) praticado(s) na situação hipotética apresentada

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:
https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TRF-3-FCC-05-10

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!